

PESQUISA SOCIOECONÔMICA EM TERRITÓRIOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL

Produto 1

Levantamento bibliográfico sobre aspectos diretamente ligados à vulnerabilidade social

Contrato de Prestação de Serviços Nº. 050/2009

MARÇO DE 2010

DIĒESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. EVOLUÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL: DA TEORIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	8
2. RENDIMENTOS POF 2002/03 E PESQUISAS DOMICILIARES	18
3. ENTENDENDO A ECONOMIA NESTES TERRITÓRIOS	20
4. AS ÁREAS DE POBREZA URBANA	29
5. GRUPOS ESPECÍFICOS: JOVENS	32
6. CONCLUSÕES	34
7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	36

INTRODUÇÃO

O objetivo deste levantamento bibliográfico é o de contribuir para a definição de vulnerabilidade social e de questões que envolvem a caracterização da mesma de forma a compreender sua espacialização, suas causas e suas conseqüências. No entanto, para poder chegar a uma definição de vulnerabilidade social de um território é necessário remontar as origens da desigualdade nesta localidade e a história deste território.

O Distrito Federal passou por fortes transformações demográficas nestes 50 anos de existência – principalmente devido aos processos migratórios. O primeiro evento de migração ocorreu no próprio gênese da Capital Federal, ao fornecer um adicional salarial para aqueles funcionários públicos que se transferissem para Brasília, além dos 60 mil trabalhadores mobilizados para construir a cidade (Hall; 1997, p. 217). Este primeiro evento só foi concluído aproximadamente após dez anos da formação da cidade. Nele, alguns núcleos urbanos isolados começavam a desenhar o que atualmente são denominadas de cidades-satélites. Apesar dos esforços para evitar a formação de “sub-habitações”, em meados dos anos 1960, aproximadamente 100 mil pessoas moravam neste tipo de situação. O sonho de construção de uma cidade sem diferença de classes num país em que ricos e pobres sempre foram segregados – símbolo da modernidade de Brasília – foi rapidamente abandonada. (Idem)

A própria noção de cidades-satélites nasceu do modelo inglês de cidades-jardins, onde núcleos de trabalhadores morariam em pequenos condomínios nos “subúrbios” e utilizariam as *freeways* e *parkways* para chegar até o centro para trabalhar. Entre estas cidades, seriam formados corredores com parques (*parkways*) que permitiriam aos trabalhadores passear aos finais de semanas com suas famílias. Este modelo, nitidamente, não funcionou. As grandes estradas que partem para diversas cidades-satélites estão atualmente congestionadas nos horários de entrada e saída do trabalho (um carro para 2,4 habitantes em 2009). Este processo ocorreu graças à forte concentração de empregos – formais e informais – em Brasília, mas também por falha de planejamento em evitar que uma localidade, inicialmente pensada para 500 mil habitantes, atingisse após cinco décadas os 2,5 milhões de habitantes.

Após algumas décadas, o Distrito Federal cresceu num ritmo acelerado em função de diversos setores adjacentes e dependentes da máquina pública federal e distrital, garantindo que as

condições de moradia melhorassem com acesso à venda de bens e serviços. Esta diversificação da mão-de-obra no Distrito Federal, que num primeiro momento dependia exclusivamente da Construção Civil e da Administração Pública, contribui fortemente para que haja uma migração em busca de um emprego. Paralelamente, iniciou-se uma especulação imobiliária que ainda assola e expulsa muitos do “centro” – no caso, o Plano Piloto.

No final dos anos 1980, algumas “invasões” começam a ser verificadas no bairro da Asa Norte e nos arredores da capital. Joaquim Roriz, um governador biônico (1988 a 1990) indicado pelo presidente José Sarney, logrou outros três mandatos (1991 a 1994; 1998 a 2002 e 2003-2007), principalmente pelo seu populismo – distribuição de lotes, alimentos, além de distribuição de leite e pão vitaminado para famílias carentes – e pela suposta eliminação das favelas.

Em 1990, aproximadamente 64 favelas, totalizando aproximadamente 180 mil famílias, foram assentadas em diversas novas cidades-satélites: Samambaia, Riacho Fundo (atualmente desmembrada em I e II), Recanto das Emas, Santa Maria e São Sebastião. Aos poucos, estas novas cidades tiveram que batalhar por água, saneamento, eletricidade, asfalto e transporte. Em algumas delas, ainda hoje solicitações deste tipo são entregue a órgãos distritais, pois ainda não existem. Em 2000, começam a aparecer construções na Estrutural, que atualmente conta com um número estimado em 60 mil famílias. Em 2005, ainda criou Itapoã, onde a população ainda hoje reivindica diversos serviços públicos essenciais. Além disso, outras cidades-satélites que já existiam, como Taguatinga, Ceilândia, Paranoá, Sobradinho e Planaltina também tiveram novas áreas construídas para assentar essas famílias. Estas novas cidades foram construídas depois de aprovadas pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, fazendo com que em menos de uma década, o Distrito Federal crescesse em mais de um milhão de habitantes.

Como não havia uma política de expansão urbana, a classe média candanga se acomodou em cerca de 400 condomínios habitacionais contando com um total de 400 mil habitantes. Estes condomínios ilegais, construídos na beira de córregos e nascentes, foram aos poucos sendo legalizados pelos órgãos competentes. Atualmente apenas um em cada dez destes condomínios está legalizado, sendo que os demais têm registro no Cartório de Notas, mas não no Cartório de Imóveis. A grilagem de terras no Distrito Federal tem sido uma prática que beneficia a classe média e termina expulsando os mais pobres seja para a periferia ou para cortiços em cidades-satélites grandes.

Portanto, o choque entre o “centro” e a “periferia” nunca ocorreu no Distrito Federal, justamente por ter sido planejada cercada do que se denominaram cinturões verdes (*greenbelts*) no modelo inglês de garden-cities. Contando com uma renda per capita mais alta do país, as famílias mais abastadas que moravam no Plano Piloto (Asa Sul e Asa Norte) e nos Lago Sul e Lago Norte tinham que contar com serviços de apoio para suas residências, tais como jardineiros, empregados domésticos, motoristas, babás e caseiros que morassem próximos, fazendo com que a fronteira verde fosse encurtada. Mais uma vez, o capitalismo contemporâneo logrou que o desenvolvimento econômico que assolou o Distrito Federal estivesse em completa desconexão com o desenvolvimento social - incluindo neste a questão ambiental. Pelo contrário, contribuiu para que municípios nos arredores do Distrito Federal também explodissem de famílias carentes.

Assim se constitui o denominado Entorno do Distrito Federal, composto numa definição restrita, por 19 municípios de Goiás e mais três de Minas Gerais. Em fevereiro de 2010, apenas a título de exemplo, este conjunto de municípios somava mais de 72 mil famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família. Este número se aproxima do total do DF, mas considerando que o Entorno conta com uma população de aproximadamente 1,2 milhões, ela representa nem metade da população do DF. Os limites geográficos do Distrito Federal e dos municípios contíguos são atualmente imperceptíveis, exceto quando sinalizado.

Concomitantemente, a sociedade brasileira passou por transformações que afetaram fortemente o mercado de trabalho. Cada vez mais os indivíduos só conseguem um trabalho sendo indicado por alguém. A rede social ocorre também no plano espacial, mas também esconde diversos contrastes de moradores que temem afirmar que moram em uma localidade distante (Kowarick, 2008 e Almeida, D’Andrea e De Lucca, 2008) com medo de não lograr uma ocupação.

Diversos estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) têm apontado o Distrito Federal como o campeão em termos de desigualdade de renda. Estas informações são baseadas numa pesquisa amostral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denominada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, onde anualmente se entrevistam aproximadamente 3.800 domicílios no Distrito Federal. A variável utilizada para basear esta afirmação foi a renda domiciliar dos moradores.

Desde 1991 o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realiza em conjunto com a Secretaria de Trabalho do Governo do Distrito Federal, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) no Distrito Federal. Trata-se da segunda maior série histórica contínua desta pesquisa, que investiga aproximadamente 35.000 domicílios por ano. Segundo a média anual de 2009, os moradores do chamado grupo de renda mais baixa – segundo a definição criada a partir do Censo Demográfico – registra que um em cada cinco indivíduos está desempregado (18,5%), enquanto no Plano Piloto e nos Lago Sul e Norte, esta taxa fica em 8,7%. Em termos de rendimento médio dos ocupados, os 10% mais pobres receberam R\$ 429 em valores de dezembro de 2009, contrastando com os R\$ 4.623 dos 10% mais ricos do Distrito Federal. A boa notícia em relação à comparação conhecida como 10-10 é que enquanto o rendimento médio dos ocupados mais abonados cresceu 4,8% nos últimos 11 anos, entre os mais pobres, aumentou 42%. Esta redução da desigualdade, no entanto, deve considerar os impactos de uma política de valorização do salário mínimo bem como do crescimento da iniciativa privada que ocorreu neste período.

Estudos recentes (HOFFMANN, 2006; SOARES, 2006; NERI, 2005; BARROS, 2006; IPEA, 2006) vem apontando para a queda da desigualdade no Brasil. Os responsáveis pela pequena melhoria na distribuição de renda seriam não apenas o comportamento favorável do mercado de trabalho, mas também os programas de transferências de rendas dentre as três esferas governamentais (federal, estadual e municipal). Segundo estes estudos, o mercado de trabalho teria uma participação de aproximadamente 80% neste resultado, enquanto os programas de transferência de renda complementariam esse percentual.

No final de 2009, segundo os dados da Caixa Econômica Federal (CEF), aproximadamente 68 mil famílias residentes no Distrito Federal estavam aptas a receber o benefício do Programa Bolsa-Família, programa federal de alcance nacional que fornece aos cidadãos mais pobres, um benefício – básico ou variável, conforme as características familiares. Atualmente os benefícios básicos são de R\$ 68 mensais e os benefícios variáveis¹ podem ser de R\$ 22 (0 a 15 anos, no máximo de 3 por família) ou R\$ 33 (16 ou 17 anos, no máximo de 2 por família).

¹ As condicionalidades deste programa são nas áreas de educação, saúde e assistência social para permanecer recebendo o benefício. Os compromissos são:

Se, no entanto, considerarmos os cadastrados no Distrito Federal, o número de famílias se multiplica consideravelmente, totalizando 190 mil famílias, o correspondente a praticamente uma em cada três famílias no Distrito Federal. Obviamente não se trata de dimensionar as famílias mais pobres com estas cifras, mas de apontar para um público-potencial de políticas públicas cadastradas junto à Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST) do Governo do Distrito Federal. Tudo indica para que neste cadastro haja um super dimensionamento da pobreza, além de falhas na população-alvo deste programa. No entanto, entende-se que as políticas públicas devem estar voltadas para as populações que mais necessitam de amparo e acesso para permitir focalizar essa demanda e o georeferenciamento destas informações será importante para a definição do plano amostral.

A definição do conceito de vulnerabilidade social requer uma discussão teórica mais aprofundada sobre os aspectos em torno das características desta de forma a permitir a identificação e aplicação de questionários para a investigação realizada pela SEDEST.

Afinal de contas, o que é a vulnerabilidade social? É segurança alimentar? É fome? É pobreza? É insuficiência de renda? É exclusão social? Sem dúvida, falar em vulnerabilidade social compreende uma série de dimensões cotidianas, familiares, institucionais e governamentais que englobam estas dimensões, mas vão além. Além no sentido de procurar encontrar o que há em comum de mais característico que possa identificar os principais focos de vulnerabilidade social num território.

-
1. Frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 a 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos;
 2. Acompanhamento do calendário e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrízes na faixa etária de 14 a 44 anos;
 3. Frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços sócio-educativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil.

1. EVOLUÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL: DA TEORIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

No esquema teórico de Robert Castel no clássico **Metamorfose da Questão Social** (1991), entrecortado por um eixo econômico e outro social, se misturam as formas de inserção no mercado laboral com as formas de sociabilidade. Em cada canto deste esquema, vislumbram-se a integração, a vulnerabilidade, a assistência e a desfiliação. Na primeira, o trabalho permanente e sólidas relações sociais se aliam para este grupo de pessoas. No segundo, objeto de nosso estudo mais aprofundado, unem-se situações de precariedade no trabalho e fragilização da sociabilidade primária – aquela onde os laços familiares, comunitários e as redes sociais são mais instáveis. Na terceira, encontram-se as famílias que não podem deixar de ter subsídios públicos para um desligamento com a sociedade. Na quarta, por fim, se encontram o desemprego combinado com a perda da vida associativa, de bairro, do cotidiano do trabalho. Castel confirma que no caso francês, o início dos anos 1990 caminhava para a quebra de uma zona de integração, expansão da zona de vulnerabilidade aliada à crescente zona de assistência, que nas palavras do autor, deve ser reforçada para evitar o completo desligamento dos indivíduos com o mundo real.

A questão social à qual Castel se refere é justamente a crise da sociedade salarial no pós-guerra que se instaura não apenas na França, mas se dissemina pela Europa e ainda viaja além-mar. Entretanto, a questão social se expande na forma de estudos debatendo diversos temas como a pobreza, a fome, a indigência, até que se possa construir indicadores multidimensionais, como se quer construir para a pesquisa de perfil socioeconômico de territórios de vulnerabilidade no Distrito Federal.

Em 1991, “quando o *Comissariat Général du Plan* assume a responsabilidade de promover a inclusão dos segmentos em situação de vulnerabilidade; destacam a cidade, a escola, o emprego e a proteção social, pois, nos bairros periféricos os jovens que não acompanham a seriação educacional, os desempregados de longa duração e aqueles que necessitavam de assistência despontavam como questões sociais que colocavam em xeque a coesão social da sociedade francesa”. (Fassin, 1996 citado in Kowarick, 2009, 62)

Para efeito da NOB/SUAS, a construção do **conceito de vulnerabilidade social** fundamenta-se na PNAS/2004, onde se define o público alvo da Assistência Social como a população

vulnerável, representada pelo conjunto de pessoas residentes em uma localidade que apresentem, pelo menos, uma das características abaixo:

- I** – Famílias que residem em domicílio com serviços de infra-estrutura inadequados. Conforme definição do IBGE, trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado a fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório.
- II** – Família com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo.
- III** – Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo.
- IV** – Família na qual há uma mulher chefe, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e ser analfabeta.
- V** – Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudo.
- VI** – Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe.
- VII** – Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude.
- VIII** – Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais.
- IX** – Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com uma pessoa com deficiência.

O objetivo deste texto é o de discutir alguns pontos que são nevrálgicos nesta definição para poder, após a pesquisa domiciliar com o perfil da população dita vulnerável, traçar novos caminhos em relação à sua dinâmica econômica e social.

Para além do perfil socioeconômico de uma população vulnerável, em qualquer território que exista, destaca-se ainda o olhar etnográfico, como vislumbram os cebrapianos que contrastam a “periferia” com um “centro” social na produção e circulação de bens materiais e simbólicos. A abordagem qualitativa de análise para qualquer território é fundamental para permitir a abordagem e interpretação correta de informações quantitativas.

Conforme advertem os estudiosos do CEBRAP (Almeida, D'Andrea e De Lucca, 2008), no caso etnográfico de três localidades no município de São Paulo, “não há desigualdade social sem desigualdade espacial”, complementando que “as hierarquias se expressam na concentração dos bens ou serviços públicos e privados e na sua reprodução simbólica legítima”. (p.112) A percepção individual sobre os estilos de vida e seus valores ou gostos percorrem o caminho duplo de terem vindo de uma estrutura social sob a qual foram criados, mas são recriados constantemente de forma que a via tem mão dupla e termina por determinar uma nova estrutura social dentro de um determinado grupo. Os ensinamentos do francês Pierre Bourdieu fizeram os professores estudarem etnograficamente os casos da favela de Paraisópolis - bairro do Morumbi; distrito de Cidade Tiradentes - “centro expandido de São Paulo”; e moradores de rua no centro comercial da maior metrópole do país.

Os três autores recorrem a Michel Certeau para distinguir, no momento da análise, a estratégia da tática. A primeira ocorre no próprio local enquanto a segunda age “em um lugar subordinado a centralidades na reprodução do espaço social, daí sua posição de fraqueza. A tática é a ação do fraco, aquele que age somente ‘nos possíveis que lhe se apresenta’. Cabe ao mais fraco agir (ou existir) taticamente nas falhas ou limitações de estrutura social cujas regras do jogo social lhes são desfavoráveis”. (p.111)

Para isso, precisaremos discutir melhor como estas questões foram sendo colocadas no país para discorrer sobre as diversas possibilidades analíticas que devem ser pensadas neste momento para a construção de indicadores que possam apontar para possíveis soluções ao modelo proposto atualmente. Nesta evolução também serão abertos comentários específicos sobre as pesquisas domiciliares existentes, suas mudanças e inovações para que possam servir de subsídio para o questionário da pesquisa que será realizada em 20 mil domicílios no Distrito Federal. São questões amplas e que necessitam ser debatidas para poder servir de instrumento para o objetivo desejado pela SEDEST.

A partir de meados da década de 1980, Amartya Sen, conhecido como o guru da pobreza pelos organismos internacionais, orientava seus estudos para complementar os mecanismos de identificação destas populações mais necessitadas e para tal, criou um indicador-síntese denominado de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Este indicador incluía, além do componente renda, outras variáveis para suprir dois outros componentes: educação e saúde.

Segundo o IDH, cada um destes três componentes teria uma parcela equitativa no indicador. A proposta inicial era que o IDH permitisse a comparabilidade entre diversos países no mundo e serviria de contribuição para os estudos do Banco Mundial que vinham trabalhando com o dólar com poder de paridade de compra (dólar PPC)². Desde sua criação há um quarto de século, o IDH foi modificado quatro vezes, a pedido de alguns países que clamavam já haverem atingido certos níveis nas variáveis correspondentes muito difíceis de serem elevadas. No intuito de superar esses problemas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem trabalhando com Índice de Pobreza Humana 1 e 2 (IPH 1 e IPH 2, respectivamente), situando os países em desenvolvimento no primeiro indicador, separando-os dos países desenvolvidos. Entretanto, a criação de indicadores que utilizassem outras variáveis além da renda sempre teve fortes contestações políticas e apresentam problemas de operacionalidade na gestão de programas sociais. Uma das principais críticas diz respeito ao peso que a renda tem nesses indicadores diante dos outros componentes (educação e saúde), principalmente, porque se as famílias tiverem uma condição financeira mais elevada, automaticamente a educação e a saúde da família como um todo serão favoráveis.

Para a população de mais baixa renda, o estabelecimento de um critério simples e transparente (renda) para saber se sua família pode ser beneficiada ou não é muito mais bem recebida do que a adoção de critérios de pontuação com a utilização de algoritmos. Assim, o critério de renda (pobreza) parecia ser mais indicado do que os critérios de condições de vida no sentido da operacionalidade nos programas. Entretanto, se nota a necessidade de abordagens multidisciplinares para permitir vislumbrar as condições de vida do grupo populacional com mais risco de vulnerabilidade social, buscando compreender quais poderiam ser os caminhos de fuga destas situações.

Devemos recordar que o Brasil não tem uma longa tradição na implementação de programas de transferência de renda nos moldes do Programa Bolsa-Família. Outros países latino-americanos, como o Chile, já têm mais de uma década de história desde a introdução de programas dessa natureza. No caso brasileiro, surpreendeu a rapidez com que os programas foram implementados, principalmente devido a critérios simples e transparentes que facilitam a gestão dos programas.

² O dólar PPC estipula um ano-base para permitir a comparação dos indicadores inflacionários entre o país em questão e a norte-americana, de forma a adotar o dólar como um padrão ouro.

Da mesma forma, a recente unificação dos diversos programas sob um único formato também foi favorecido por utilizarem critérios parecidos. Entretanto, o melhor motivo, do ponto de vista do interesse público, para a utilização do método da renda ao invés do sistema de pontuação é a própria população, que pode saber se sua família pode ter acesso ao benefício ou não.

Também ressaltamos que a pesquisa mais utilizada nos estudos de pobreza e de condições de vida, é a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), levada a cabo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse levantamento, de periodicidade anual³, a variável renda apresenta, segundo Rocha (2002), uma série de sub-declarações. Entretanto, existe um consenso entre os especialistas pelo mundo afora (CITRO e MICHAEL, 1995) que esse fenômeno se concentra principalmente entre os mais abonados e, portanto, tem pouca incidência nos grupos sociais de mais baixa renda.

É importante ressaltar, entretanto, que o aprofundamento da discussão da inclusão de novas variáveis deve prosseguir de forma a encontrar um formato mais simples e adequado para cada realidade de forma a melhor suprir as demandas da sociedade. Esta constatação levanta um segundo ponto para discussão, que trata da abrangência geográfica das linhas de indigência e pobreza. A utilização de uma única linha para todo o território nacional ou a adoção de múltiplas linhas tem sido objeto freqüente de discussão acerca da pobreza. As conseqüências da adoção de um ou outro critério serão brevemente discutidas mais adiante.

Até os anos 1980, o padrão de vida das famílias carentes no Brasil era mensurado única e exclusivamente pela renda monetária de seus moradores. Tomando este critério como definição impõe uma série de causalidades que necessitam ser explicitadas. A renda monetária é composta principalmente dos rendimentos dos trabalhos dos indivíduos, portanto, estava intimamente vinculada à forma de inserção no mundo do trabalho. No entanto, na década seguinte, as aposentadorias rurais obrigatórias – colocadas na Constituição de 1988 – lograram tirar milhares de famílias da condição de pobreza por assegurar àqueles que nem renda monetária tinham, um salário mínimo para cada aposentado.

Um dos pontos-chave da discussão de pobreza no período compreendido tem sido a utilização de diversos parâmetros para definir a linha de corte que separa a população entre pobres e não-

³ Salvo anos censitários e alguns anos onde a série foi rompida, como em 1994.

pobres (ou indigentes e não-indigentes). Para o Banco Mundial, a indigência e a pobreza são calculadas com base no dólar com paridade de poder de compra (USD 1,08 *per capita*/dia para a indigência e USD 2,15 *per capita*/dia para a pobreza), para todo o território. Através dessa escolha metodológica, a instituição busca uma comparabilidade mundial. No caso da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), foram construídas 24 linhas de indigência no Brasil com base no custo da cesta alimentar observada pela instituição de forma a permitir a comparabilidade com outros países da região. Para a definição das linhas de pobreza, a instituição duplica o valor da linha de indigência nas áreas urbanas.

Entretanto, institutos de pesquisa e pesquisadores brasileiros têm utilizado de forma mais freqüente frações do salário mínimo para determinar linhas de indigência (Linha de Indigência, que cobre apenas a parte alimentar) e de pobreza (Linha de Pobreza - alimentar e outras necessidades – habitação, vestuário, saúde, educação, etc.). O valor da Li seria equivalente a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo *per capita* e a Lp a $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* como determinação do corte dos grupos. Por exemplo, o programa Bolsa-Família optou por basear-se nesse critério para determinação do seu público-alvo, que em 2001 somou 11,2 milhões de famílias no país inteiro.

Entretanto, o forte vínculo entre o SM e as políticas de inclusão social no Brasil *vis-à-vis* o BPC (Benefício de Prestação Continuada), o SUS (Sistema Único de Saúde) e a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social)⁴ tem, até certo ponto, se confundido com o debate sobre os impactos da política de valorização do salário mínimo.

Em 2003, o IBGE divulgou um estudo sobre orçamentos e despesas familiares no Brasil – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003 (POF) – que representou um possível avanço metodológico na questão da mensuração dos padrões de vida da população. A grande inovação foi em relação ao cômputo da renda familiar, que passou a incluir rendimentos não-monetários – sejam eles oriundos do trabalho (produção para o próprio consumo ou construção para o próprio uso) ou de propriedade da terra (aluguel estimado).

A discussão acerca da salubridade das dietas da população brasileira nos remete a uma breve consideração sobre a distinção entre indigência e fome, que tem causado repercussão desde a

⁴ Inicialmente, o programa Bolsa-Família também estava vinculado ao salário mínimo.

divulgação de uma pesquisa do IBGE em conjunto com o Ministério da Saúde com base na própria POF 2002/03.

Em dezembro de 2004, a pesquisa “Análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil” revelou um país onde apesar da visível miséria, 53,0% dos homens e 53,1% das mulheres se encontraram com excesso de peso, segundo o método do Índice de Massa Corporal (IMC). Sem dúvidas, a população brasileira está se alimentando de forma errônea, mas existe uma confusão conceitual por trás deste debate. Os conceitos de fome, insegurança alimentar, desnutrição, déficit de peso e extrema pobreza se mesclaram e precisam ser mais bem compreendidos.

A palavra fome pode ter diversos significados, onde são encontradas situações onde uma pessoa pode estar com fome por não ter ingerido alimentos durante algumas horas até situações extremas de fome epidêmica, onde faltam alimentos para a população como um todo. Esta última foi muito bem definida por Josué de Castro, brasileiro que denunciou internacionalmente a fome epidêmica que assolava o Nordeste principalmente entre os anos 1940 e 1960. Nas duas décadas seguintes, o país passou por transformações em todos os campos (expansão de serviços públicos em saúde, educação e saneamento), mas na alimentação o salto talvez tenha sido ainda maior, dado que já não foi mais possível afirmar que existia uma fome epidêmica que estava matando a população de fome.

A revolução verde e o surgimento de alimentos vitaminados fizeram com que a população tivesse maior acesso a alimentos, mas o Estado também teve um papel importante nesta questão. O lançamento do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1976, incorporando a suplementação alimentar às crianças menores de cinco anos, também teve forte contribuição para a melhoria no quadro alimentar brasileiro.

Nos anos 80, a “fome” mudou de paradigma, passando a ser entendida de forma ampliada como segurança alimentar. O conceito tomou forma ao “incorporar, as esferas da produção agrícola e do abastecimento, as dimensões do acesso aos alimentos, das carências nutricionais e da qualidade dos bens alimentares” (BEGHIN, 2002, 14)

O primeiro aspecto que deve ser discutido nesta seção é a definição de indigência e os efeitos derivados da utilização desta. Desde meados da década de 70, após relatório reunido pela

FAO/OMS/UNU, os requerimentos energéticos tem tido um destaque especial nas mensurações da extrema pobreza. A revisão destes requerimentos, em 1985, deu prosseguimento aos esforços em poder garantir o mínimo para a sobrevivência dos seres humanos, de acordo com o tipo de atividade exigido pelo metabolismo.

Salientamos que a ênfase em requerimentos energéticos (calóricos) não elimina a possibilidade de estudos com base em outros requerimentos nutricionais como proteínas, lipídios, minerais e aminoácidos, por exemplo, mas não há como negar que as calorias representam o modo mais completo de abordagem. Também nesta discussão, os especialistas concordaram em que a utilização de outros nutrientes esbarra na falta de estudos de composição química de diversos alimentos, conforme veremos mais adiante. Entretanto, fica registrada a recomendação de prosseguimento destes estudos de forma a englobar um espectro maior de necessidades nutricionais para um retrato mais fidedigno da realidade nacional.

A partir desta constatação, a melhor forma de abordagem para conseguir estimar estes patamares energéticos foram as pesquisas de orçamentos familiares, por levantarem as despesas com alimentação.

A primeira pesquisa do IBGE coletando estas informações foi o Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF), realizada entre 1974/75, onde conjuntamente foi elaborada uma tabela de composição dos alimentos. Por se tratar da primeira investigação desta natureza, o ENDEF permaneceu até a divulgação da POF 2002/03, como fonte principal que permitiu, por um lado, estabelecer relações de preços e consumo entre áreas urbanas e rurais e, por outro, a utilização da tabela de composição dos alimentos, a despeito das profundas transformações ocorridas principalmente na indústria alimentícia mundial, mas também entre os alimentos in natura, perante as fantásticas transformações genéticas, permitindo a proliferação de produtos maiores e mais resistentes.

Entre o ENDEF 1974/75 e a POF 2002/03, duas outras POFs foram realizadas, mas restritas às regiões metropolitanas, acrescidas de Brasília e Goiânia. A POF 2002/03 abrange todo o território nacional e capta não apenas as despesas monetárias, mas também as não-monetárias, ocorrendo, por conseguinte, o mesmo para os rendimentos. Portanto, todas as despesas, coletivas e individuais, foram anotadas pelos próprios entrevistados, referentes ao período de uma semana

(denominada de semana de referência), após o devido treinamento por parte dos pesquisadores do IBGE para o correto preenchimento dos questionários.

Para as despesas não-monetárias, os entrevistados tinham que preencher o preço estimado por eles mesmos que eles pagariam caso adquirissem estes alimentos nos locais onde as pessoas habitualmente realizam compras (supermercados, mercearias, etc.).

Um dos pressupostos tomados é que as recomendações calóricas são atingidas através dos alimentos adquiridos, monetariamente ou não, na semana de referência (semana observada) ao invés de informar quais os produtos que efetivamente foram consumidos. O pressuposto é que as famílias compram o que vão consumir, mesmo que não seja naquela semana em específico. Da mesma maneira, o IBGE coletou informações sobre famílias que nada compraram no período de referência, o que não significa que as pessoas não se alimentaram. Entretanto, outras famílias equilibram esta situação por realizar compras para mais de uma semana. Poder-se-ia argumentar que o consumo efetivo poderia ser pesquisado, mas isso implicaria em um outro questionário específico, onerando ainda mais a pesquisa e ainda sujeita a processos extremamente exaustivos para os entrevistados, o que eleva o risco de declarações inconsistentes. Devemos recordar que a POF 2002/03 levantou informações para 48.470 famílias nos recantos mais longínquos da nação.

Deste pressuposto derivam algumas implicações metodológicas, principalmente ao que se refere ao tipo de análise, realizada de forma agregada para grupos de famílias de 20% (quintis) organizados por renda crescente. Uma das contribuições coletadas de uma Comissão Mista IBGE/IPEA/CEPAL para discutir o assunto foi o tratamento de grupos móveis, onde o primeiro quintil é composto das famílias cuja renda se situa entre o 0% e os 20% mais pobres na distribuição de renda, enquanto o segundo quintil engloba as famílias de 1% a 21% e assim sucessivamente até perfazer um total de 81 quintis móveis.

Este procedimento metodológico garante que num determinado grupo encontre-se famílias que não adquiriram alimentos na semana de referência, mas ao mesmo tempo, outras que compraram alimentos para além da referida semana. Da mesma forma, ressaltamos que o fato do IBGE pesquisar as famílias durante um ano faz com que estejam incluídas despesas com produtos sazonais, apesar dos avanços científicos que permitem que cada vez mais se tenham produtos, principalmente frutas, “de época” durante todas as estações do ano. O IBGE também realizou um

longo e refinado processo de distinção produto a produto dos agregados do tipo “sacolões”, “varejões” ou “feiras”, onde por um único preço se adquirem quantidades indeterminadas de diversos alimentos.

Analisando além dos alimentos adquiridos para a alimentação coletiva, seguem alguns comentários acerca da alimentação efetivada fora do domicílio. Esta forma de alimentação vem tendo um crescimento acentuado por dois motivos correlatos que caracterizam a mudança de hábitos alimentares dos brasileiros. O primeiro diz respeito ao custo da caloria adquirida fora do domicílio que vem caindo, principalmente sob as formas de *fast-food* ou *self-service*, que garante muitas calorias a preços baixos. Um exemplo típico deste fenômeno, encontrado nas regiões centrais de qualquer metrópole e grande cidade, é o pastel com caldo-de-cana. A indústria de alimentos preparados (congelados, pratos prontos para viagem, etc.) também tem contribuído significativamente para este fenômeno, tornando os alimentos mais calóricos com preços cada vez menores. A proliferação dos restaurantes de tipo *self-service* também é evidenciada pela crescente presença de ocupações no setor de serviços voltados à alimentação, segundo registrado por pesquisas diversas. O segundo motivo, observado através da própria POF, trata da alta participação dos transportes nas despesas familiares, tanto em áreas urbanas como rurais, que obriga os trabalhadores a realizarem suas refeições “na rua” e, portanto, sujeitos a dietas desbalanceadas e pouco saudáveis, na maioria dos casos.

2. RENDIMENTOS POF 2002/03 E PESQUISAS DOMICILIARES

A utilização dos rendimentos da POF 2002/03 deve ser cuidadosamente interpretada para permitir a comparação com os rendimentos das pesquisas domiciliares (PNAD e PED, por exemplo) e no cotidiano dos brasileiros.

A POF pesquisou todas as despesas e rendimentos, monetários e não-monetários, das 48.500 famílias que compunham a amostra. Recordamos que o objetivo principal da POF é a de atualizar os componentes (pesos) do Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor (SNIPC), composto de dois indicadores inflacionários: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que retrata o comportamento dos preços para as famílias entre 1 e 20 salários mínimos e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPCA), onde se referem ao conjunto de famílias entre 1 e 40 salários mínimos. Assim, como a alimentação fora de casa, por exemplo, está tendo uma participação cada vez maior nas despesas familiares, seu peso dentro do índice tem que aumentar ao longo do tempo. Por isso, as POFs deveriam ser realizadas de forma decenal, mas devido aos altos custos, elas ocorrem de forma dispersa com intervalos não-regulares. É louvável, entretanto, o esforço do IBGE em querer realizar esse levantamento quinquenal, ou inclusive de realizá-lo de forma ainda mais sistemática.

Para o cômputo das despesas não-monetárias, recordamos que o IBGE sugeriu que as próprias pessoas valorassem estas despesas. No caso do aluguel estimado, para os proprietários e cedente, foi levantado o valor que seria pago caso estivessem pagando pela residência habitada. A parte teórica por detrás da inclusão desta pergunta é de fundamental relevância e merece uma breve apreciação.

O pressuposto da estimativa do aluguel estimado é que as famílias que não pagam aluguel têm uma renda superior que pode ser utilizada para a compra de alimentos ou para a sobrevivência mínima das famílias. Logo, para igualar as condições de proprietários e cedentes às dos arrendatários, vislumbramos duas opções: imputar um valor com metodologia a ser detalhada para os proprietários e cedentes ou deduzir o valor pago declarado referente ao aluguel dos arrendatários. Um painel organizado pelo governo americano durante o início da década de 90 com o intuito de revisar e propor modificações nas linhas de pobreza, indica para a primeira

opção (CITRO e MICHAEL, 1995)⁵. Por outro lado, o estudo que deu origem ao programa Fome Zero, dos professores da Unicamp, sugere a segunda opção para se aproximar ao máximo da renda disponível da população⁶.

Recente pesquisa da Fundação Getúlio Vargas apontou para um déficit de moradias de aproximadamente 6,6 milhões (CARNEIRO e VALPASSOS, 2003). Da mesma forma, o Atlas da Exclusão Social (2004), coordenado pelo professor da Unicamp, Márcio Pochmann, aponta para 7 milhões, enquanto o governo federal trata de 5,5 milhões, projetando que essa cifra seja acrescida em 600 mil anualmente. Se considerarmos a POF 2002/03, o déficit habitacional brasileiro atingiria 6,2 milhões. Não podemos nos esquecer que no cômputo deste déficit entram as famílias que, muitas vezes por opções próprias, arrendam suas residências e preferem morar em outras alugadas. Ressaltamos que o dimensionamento da indigência e da pobreza não trata de assegurar moradia para todas as famílias, mas apenas de verificar as reais condições de vida para estimar a parcela mais pobre da sociedade.

As áreas rurais são fortemente impactadas pelos rendimentos não-monetários, principalmente nas famílias de mais baixa renda. Essa percepção faz com que em todos os estudos que não utilizaram essa referência, se encontrem um contingente maior de pobres do que realmente existem. Sabe-se que a temporalidade nas áreas rurais é bastante diferente da temporalidade nas áreas urbanas. Assim, os indivíduos residentes nas áreas rurais têm como sobreviver por semanas e até por meses sem sequer depender do sistema bancário ou do comércio. Isso, entretanto, não as torna miseráveis ou em condições precárias no quesito alimentação. Os dados da POF 2002/2003 permitiram induzir que o melhor caminho a seguir era justamente o de valorizar os aspectos não-monetários para permitir vislumbrar melhor a realidade de famílias pobres.

⁵ É importante lembrar que este *painel* ficou reunido durante quatro anos, sem chegar a conclusões que foram incorporadas à metodologia oficial. Assim, os EUA continuam adotando as linhas criadas por Mollie Orshansky em 1956, mas tendo diversas linhas como a própria sugerida pelos estudiosos.

⁶ Apesar de querer chegar ao mais próximo da “renda disponível”, os autores em nenhum momento tratam dos descontos referentes a impostos, contribuições e outras taxas que oneram o bolso dos trabalhadores.

3. ENTENDENDO A ECONOMIA NESTES TERRITÓRIOS

As informações coletadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para um conjunto de regiões metropolitanas⁷ permitem visualizar as possíveis distorções provocadas pelas áreas urbanas não-metropolitanas e áreas rurais. Segundo a PED, em 2009, a PEA metropolitana é composta de 19.999 milhões, sendo 17.155 milhões (85,8%) como ocupados. Apesar das diferenças conceituais, nota-se que os dados abaixo sustentam o diagnóstico da situação ocupacional que embasa o presente projeto.

- 67,1% eram assalariados, dos quais 18,2% na iniciativa privada não possuíam carteira assinada;
- 17,8% eram trabalhadores autônomos;
- 7,8% exerciam trabalhos domésticos;
- 7,2% se encontravam em outras posições de ocupação, incluindo os empregadores.

Formas não-capitalistas de produção não são novidades na história do país. Como em geral acontece nos países da periferia do capitalismo, no Brasil formas distintas da relação capital-trabalho com a extração de mais valia, que aqui serão caracterizadas como economia popular, tem convivido com a expansão e afirmação hegemônica das formas capitalistas.

Entretanto, a recente emergência da economia popular no Brasil pode ser atribuída à crise do emprego vivida especialmente no final do século XX. O pleno emprego no Brasil nunca foi uma realidade, menos ainda neste período, assim como as condições de trabalho sempre estiveram distantes do que se convencionou trabalho decente, mas o emprego assalariado formalizado era (e continua sendo) a referência existente de condições de trabalho menos precárias no País. Com a crise deste modelo, os índices de precariedade, exclusão e desemprego chegaram a níveis críticos até o início dos anos 2000. Em que pese à inflexão da crise de desemprego nos últimos anos, persiste um percentual próximo a 50% da PEA – e uma parcela importante da PIA – que tem reproduzido sua vida e da unidade familiar ocupando-se de atividades econômicas não-

⁷ Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e o Distrito Federal.

assalariadas, sobretudo por conta própria. Estas potencialmente e em boa medida compõem o universo da economia popular urbana, embora esta não seja redutível àquela.

Gabriel Kraychete (2006) chama a atenção para o fato de que trabalho por conta própria no Brasil é realizado, em boa medida, no próprio domicílio do trabalhador e tem como clientes os moradores de seu entorno, “*constituindo um circuito de pessoas pobres interagindo com outras pessoas pobres*”⁸. Cria-se assim um circuito de reprodução da pobreza muito distante das promessas do empreendedorismo e auto-emprego, apresentados como solução para a inviabilidade do pleno emprego no capitalismo brasileiro.

Milton Santos (2008), estudando as dinâmicas da urbanização das cidades dos países subdesenvolvidos, desenvolveu a tese dos dois circuitos ou subsistemas da economia: o superior e o inferior. Para ele a idéia central:

“(...) é que a cidade dos países subdesenvolvidos não funciona como um aparelho maciço (...). Ao contrário, no interior do sistema urbano, em si mesmo dependente de outros sistemas de nível superior, pode-se reconhecer a existência de dois subsistemas, dois circuitos econômicos.” (p. 38-39)

Para Santos (2008, p. 40), o circuito superior é conformado pelos setores capitalistas: “*bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores*” cuja espacialidade cada vez mais ampliada e interligada é condição de sua reprodução. Já o circuito inferior “*é constituído basicamente por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão*”⁹ e acontece numa espacialidade curta, relacionando diretamente fornecedor e consumidor de produtos.

Milton Santos considerou também a inviabilidade dos “circuitos superiores da economia” dar respostas de desenvolvimento aos “circuitos inferiores da economia” dentro da lógica do modelo capitalista. Há uma permanência da pobreza urbana refletida na ampliação das estratégias

⁸ KRAYCHETE, Gabriel: “Economia Popular Solidária: paisagens e miragens”. In: [HTTP://www.ssrevista.uel.br/c-v9n1_gabriel.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c-v9n1_gabriel.htm)

⁹ Moderno está associado para Milton Santos aos progressos tecnológicos. Os dois circuitos da economia urbana são resultados da modernização tecnológica, com a diferença de que o superior se beneficia plenamente da modernização, enquanto o inferior não se beneficia ou só se beneficia parcialmente. (2008, pg. 38).

precárias de reprodução da vida nas últimas décadas e a constância dos indicadores de desigualdade social¹⁰, mesmo diante dos esforços recentes que se expressam em movimento positivo do crescimento econômico do país e na tendência de elevação do emprego assalariado formalizado.

A economia popular urbana na atualidade, entendida como um subgrupo das ocupações tidas como relacionadas à pobreza e cuja conceituação será tratada a seguir, precisa ser considerada como de interesse público dado a dimensão que adquiriu e o fato de sua expansão ter sido *pari passu* com o aumento da precariedade das relações de trabalho e aprofundamento das desigualdades sociais e de distribuição da riqueza.

Em busca da definição e dimensionamento da economia popular

A economia popular já rendeu uma série de estudos¹¹ e muitas contendas teóricas e conceituais, mas o fato é que ainda se conhece muito pouco de seu perfil e dinâmica, particularmente nas áreas de pobreza urbana. Não deixa de ser surpreendente que essa economia consiga se reproduzir apesar de tudo em contrário e que, apesar da precariedade, consiga reproduzir a vida de milhões de pessoas e consiga ela própria se reproduzir.

A economia popular ainda é um conceito em construção e esta pesquisa pretende contribuir para defini-lo na medida em que ofereça dados primários, análise sobre seu perfil, dinâmica e estado da arte dos estudos a seu respeito. Os registros administrativos, pesquisas domiciliares por amostragem não trazem claramente esta conceituação. A economia popular está diluída em suas várias manifestações nos dados da economia informal¹², do trabalho por conta própria, do trabalho doméstico, do trabalho não-remunerado, do trabalho precário, da produção para consumo próprio ou próprio uso, da economia solidária. Isto sem falar nas possibilidades não contempladas nas pesquisas da economia gerada pelas populações em situação de rua, albergada,

¹⁰ Segundo dados recentes do IPEA, no Brasil, os 10% mais ricos detêm 75,4% da riqueza nacional.

¹¹ Ver, entre outros: Milton Santos, Gabriel Kraychete, Lia Tiriba, Genauto Carvalho de França Filho, José Luis Coraggio, Aloize Gogola, Paul Singer, Márcio Pochmann, Luis Inácio Gaiger. Além desses é importante considerar os estudos sobre o setor ou a economia informal no Brasil, embora este projeto não utilize esta denominação. Uma síntese desses estudos pode ser encontrada em: KREIN, J.D. e PRONI, M.W., 2008.

¹² A informalidade é um dos prováveis atributos da economia popular, mas não é suficiente para defini-la. Igualmente o entendimento de informalidade adotado pelo IBGE para realizar a ECINF não contempla a caracterização que se explora nesta pesquisa.

atendida por programas assistenciais, atividades comunitárias de ajuda mútua e da população em idade não ativa, mas que eventualmente exerce atividades econômicas.¹³

Inicialmente para a formulação do projeto desta pesquisa, partiu-se da perspectiva teórica de Milton Santos (2008), Gabriel Kraychete (2000, 2006 e 2007) e José Luis Coraggio (2000) e se referencia na classificação proposta por Aloize Gogola (2007).

Milton Santos fez uma caracterização dos dois circuitos da economia das cidades dos países subdesenvolvidos que ajudam a entender o fenômeno recente da economia popular. Esta caracterização está sistematizada no quadro abaixo que reproduzimos do autor (2008, p. 44)¹⁴:

	<i>Circuito Superior</i>	<i>Circuito Inferior</i>
<i>Tecnologia</i>	<i>Capital intensivo</i>	<i>Trabalho intensivo</i>
<i>Organização</i>	<i>Burocrática</i>	<i>Primitiva</i>
<i>Capitais</i>	<i>Importantes</i>	<i>Reduzidos</i>
<i>Emprego</i>	<i>Reduzido</i>	<i>Volumoso</i>
<i>Assalariado</i>	<i>Dominante</i>	<i>Não-obrigatório</i>
<i>Estoques</i>	<i>Grande quantidade e/ou alta qualidade</i>	<i>Pequena quantidade e qualidade inferior</i>
<i>Preços</i>	<i>Fixos (em geral)</i>	<i>Submetidos à discussão entre comprador e vendedor (haggling)</i>
<i>Crédito</i>	<i>Bancário institucional</i>	<i>Pessoal não-institucional</i>
<i>Margem de lucro</i>	<i>Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção de produtos de luxo)</i>	<i>Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios</i>
<i>Relação com a clientela</i>	<i>Impessoais e/ou com papéis</i>	<i>Diretas, personalizadas</i>
<i>Custos fixos</i>	<i>Importantes</i>	<i>Desprezíveis</i>

¹³ Essa classificação das possíveis manifestações da economia popular foi elaborada por Aloize Gogola em sua dissertação de mestrado, UFPR/2007, a partir da PNAD/IBGE 2005, Pesquisa sobre Economia Informal Urbana - ECINF/IBGE 2003, PED/SEADE/DIEESE/MTE, SIES/SENAES/MTE, e pesquisas da FIPE.

¹⁴ É importante notar que esta caracterização foi feita no final dos anos 1970, quando o livro teve sua primeira edição. Em que pese algumas diferenças possíveis de serem encontradas na atualidade, tudo leva a crer que esta análise permanece muito atual.

<i>Publicidade</i>	<i>Necessária</i>	<i>Nula</i>
<i>Reutilização de bens</i>	<i>Nula</i>	<i>Frequente</i>
<i>Overhead de capital</i>	<i>Indispensável</i>	<i>Dispensável</i>
<i>Ajuda governamental</i>	<i>Importante</i>	<i>Nula ou quase nula</i>
<i>Dependência direta do exterior</i>	<i>Grande atividade voltada para o exterior</i>	<i>Reduzida ou nula</i>

Outros aspectos são mencionados por Santos (2008, p. 47-48 e 196) e merecem destaque para os fins deste projeto:

- O circuito superior tende a controlar a economia por inteiro (situação hegemônica, de monopólios), enquanto o circuito inferior tende a ser controlado, subordinado, dependente.
- O circuito superior tende a encontrar sua integração fora da cidade e no exterior, enquanto o circuito inferior busca sua integração localmente.
- Pobreza e circuito inferior da economia têm relações de causa e efeito inegáveis.

Gabriel Kraychete (2006, p.3), alimentando-se na fonte teórica de Milton Santos, cunhou a expressão “economia dos setores populares” para designar:

“(…) as atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital (não entendido como a existência de máquinas e equipamentos, mas como uma relação social, caracterizada pelas relações de trabalho assalariado – nota do autor). No âmbito dessa economia dos setores populares convivem tanto as atividades realizadas de forma individual ou familiar como as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não. Essa designação, portanto, pretende expressar um conjunto heterogêneo de atividades, tal como elas existem, sem idealizar diferentes práticas que lhe são concernentes. Não se trata, portanto, de adjetivar essa economia, mas de reconhecer que os atores que a compõem e que a movem são essencialmente populares”.

Kraychete (2000, p.3) diz ainda que a economia dos setores populares envolve:

“(...) mesmo que de modo disperso e fragmentado, um fluxo considerável de produtos, serviços e modalidades diversas de trocas e mercados. Diferentemente da empresa, que tem por objetivo a acumulação de capital, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada à lógica da reprodução da vida da unidade familiar.”

José Luis Coraggio (2000, p.6-7) considera que a economia popular deve ser vista dentro de uma perspectiva de uma economia do trabalho, dado à centralidade deste nas formas de organização e relacionamento econômico entre as suas unidades. Para ele, a economia popular ou do trabalho é *“constituída pelas unidades domésticas, as suas extensões associativas e formas ad hoc.”* As unidades domésticas são definidas:

“(...) como a organização econômica fundada sobre relações de parentesco, afinidade, ou étnicas, por exemplo, que organiza recursos e capacidades, que gera a resolução de necessidades, e que caracterizamos pelo objetivo de conseguir a reprodução ampliada da vida de seus membros (em condições inter-geracionais sempre melhores)”.

As unidades domésticas, segundo Coraggio (2000, p.7), constituem um *fundo de trabalho* para garantir a reprodução da vida e a satisfação das necessidades de seus membros. O *fundo de trabalho* é composto pelas *“energias, disposições e capacidades manuais e intelectuais para trabalhar de cada um dos membros da unidade doméstica”*. O trabalho de cada membro, exercido nas diferentes ocupações que não se caracterizem pela relação capital-trabalho, cria relações entre as unidades domésticas que configuram a economia popular.

A economia popular ou do trabalho, para Coraggio, compõem um subsistema econômico, que convive com a economia capitalista e a economia pública. Dos três subsistemas, a economia popular certamente é a mais frágil, mas também é por onde os pobres estão conseguindo reproduzir a vida. E, tal como Milton Santos e os demais autores já mencionados, não acredita que o sistema capitalista tenha respostas de reintegração para a economia popular, portanto esta precisa encontrar caminhos para o seu fortalecimento e superação das suas fragilidades e afirmação enquanto uma economia alternativa, ainda que permaneça com um subsistema.

Aloize Gogola (2007, p. 92) assume uma visão ampla da economia popular que sistematiza de certa forma as várias visões aqui apresentadas:

“(...) constituída pelo conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas por segmentos populares, visando, pela força de trabalho própria e recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, materiais e imateriais, e a garantia de estar no mundo, sem explorar a força de trabalho alheio (...)”

Gogola propõe uma classificação e dimensionamento das atividades econômicas que compõe a economia popular, a partir dos dados de distribuição da população total segundo a inserção laboral encontradas na PNAD 2005/IBGE e PED 2005/DIEESE. Para ele a economia popular só não tem manifestações entre os trabalhadores empregados ou assalariados, os empregadores e na população desocupada. Todos os demais agrupamentos, inclusive naqueles das populações em idade não ativa e não economicamente ativa, das pessoas em situação de rua e assistidos por programas sociais, podem parcial ou integralmente compor o que se chama economia popular em virtude de que contribuem de alguma maneira para a composição do *fundo de trabalho* que garante a reprodução da unidade doméstica.

Portanto, para Gogola, a economia popular tem suas unidades presentes entre os trabalhadores domésticos, por conta própria, não remunerados, trabalhadores em situação de desemprego oculto, na População em Idade Não Ativa e nas populações em situação de rua. Dessa forma, propõe a seguinte tabela para dimensionar o tamanho aproximado da economia popular em 2005¹⁵:

¹⁵ Tabela elaborada pelo autor. Ver Gogola, 2007, p. 102 a 130.

CATEGORIAS OU SEGMENTOS	QUANTITATIVOS
<i>ITENS SOMÁVEIS, SEM SOBREPOSIÇÃO (Atividade principal)</i>	<i>49.679.275</i>
Na População Ocupada (PO) - PNAD-2005	31.404.041
Empregados ou assalariados (AS)	0
Trabalhadores Domésticos (TD)	6.658.627
Trabalhadores por conta-própria (CP)	18.831.511
Empregadores (EM)	0
Trabalhadores não-remunerados (NR)	5.913.903
Na População Desocupada (PD) - PNAD-2005	0
Desemprego Aberto (DA)	0
Na População em situação de Desemprego Oculto (DO) – PED-2005 ⁷	7.948.404
Desemprego oculto por trabalho precário (OP)	5.802.335
Desemprego oculto por desalento (OD)	2.146.069
Na População em Idade não Ativa (PINA) - PNAD-2005	10.050.500
Trabalho infantil na faixa etária de 5 a 9 anos	1.150.500
Trabalho dos idosos acima de 65 anos.	8.900.000
Na População em situação de rua ⁸	276.330
Situação de rua	173.850
Albergada	102.480
<i>ITENS COM POSSÍVEL SOBREPOSIÇÃO</i>	<i>5.268.474</i>
Na População Ocupada (PO) - PNAD-2005	4.016.592
Trabalhadores na produção para próprio consumo (PC)	3.894.016
Trabalhadores na construção para próprio uso (PU)	122.576
Na População Ocupada (PO) – MTE/SENAES-2005	1.251.882
Trabalhadores em empreendimentos econômicos solidários	1.251.882
<i>CATEGORIAS NÃO-SOMÁVEIS, COM ALTO GRAU DE SOBREPOSIÇÃO, SEM POSSIBILIDADE DE QUANTIFICAÇÃO</i>	<i>50.000.000(?)</i>
Na População não Economicamente Ativa (PNEA)	?
Trabalho excepcional	?
Em outras manifestações da economia popular	?
Soluções assistenciais	?
Atividades comunitárias de ajuda mútua.	?

FONTE: Tabela elaborada pelo autor, com base em dados da PNAD-2005, PED – RMSP – Fev. 2005 e Pesquisa MTE-SENAES – 2005, consolidando dados das subseções 4.2.1 a 4.2.5 deste trabalho.

Ou seja, para Gogola, a economia popular está composta por cerca de 50 milhões de pessoas, numa perspectiva conservadora e pode ter muito mais do que isso se superada a dificuldade de quantificar, qualificar e classificar melhor as categorias hoje tidas como possíveis sobreposições do ponto de vista da inserção laboral, conforme apresentado na tabela acima.

A partir da classificação e dimensionamento da economia popular no Brasil feito por Gogola, ainda que não plenamente coincidente com a que adotaremos neste projeto, há que se admitir a importância social, política e econômica deste setor. Isto por si só já justifica que se produzam muitas pesquisas para compreender a dinâmica e jogar luzes sobre possíveis políticas públicas que poderiam ser implantadas para favorecer a superação das condições precárias, dependentes e

subordinadas desta economia como caminho para a superação da pobreza e das desigualdades sociais.

4. AS ÁREAS DE POBREZA URBANA

Extenso e inconclusivo tem sido o debate sobre a conceituação e definição de pobreza no Brasil. Esta questão, entretanto, não se coloca apenas no cenário nacional, mas também em diversos países. Conceitualmente, distingue-se a pobreza de condições de vida. A primeira estaria atrelada à condição monetária das famílias, onde o estabelecimento de um valor específico (leia-se linha de pobreza) determina que aqueles que tiverem rendimentos per capita menores que os estabelecidos, se situam na condição de pobreza. A segunda, condições de vida, considera outras variáveis além do rendimento. Até o presente momento, não existe um consenso acerca de quais outras variáveis (educação, saúde, habitação, etc) devem ser incorporadas para a criação dos índices. Assim surgiram o Índice de Desenvolvimento Humano e os Índices de Vulnerabilidade Social, por exemplo. Entretanto, a literatura tem avançado no sentido de uma conceituação de pobreza multidimensional.

Também é comum distinguir na literatura, a extrema pobreza (ou indigência) da pobreza. A extrema pobreza está relacionada com a capacidade monetária de alimentação, segundo os padrões estabelecidos internacionalmente e que, segundo alguns estudiosos, significariam o risco de fome. Esta distinção é fundamental em países em desenvolvimento onde a pobreza como um todo é muito difícil de ser combatida, mas pelo menos os mais pobres dentre os pobres podem ter o mínimo para sua alimentação. É importante frisar que nesta perspectiva, os extremamente pobres (ou indigentes) estão incluídos no grupo dos pobres.

Em termos práticos, ainda inexistente uma linha oficial de pobreza, podendo considerar a linha com base no salário mínimo (1/4 de salário mínimo per capita para a pobreza extrema e 1/2 salário mínimo per capita para a pobreza) como a linha “oficiosa”. No caso do maior programa de transferência de renda brasileiro, o Programa Bolsa-Família, estabeleceu este mesmo critério com base nos resultados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio de 2001. Desde então, o PBF vem simplesmente atualizando seus valores corrigindo-os através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Para fins deste projeto, as áreas de pobreza urbana compreendem um espaço físico, geograficamente definido e contínuo no interior do espaço urbano, caracterizado na sua condição

por critérios multidimensionais¹⁶. A seleção destes critérios se baseia em critérios de inserção dos indivíduos na vida societária. No caso do mercado de trabalho, a forma de inserção dos ocupados e desempregados na vida econômica é fundamental para este projeto. No caso dos serviços de urbanização, o grau de formalidade ou informalidade destas áreas é fator determinante para o nível de acesso às políticas públicas e às condições de produção econômica (geração de trabalho e renda, etc.). Da mesma forma, as variáveis de educação e saúde se tornam indispensáveis na reflexão dos fatores intergeracionais de reprodução da pobreza e qualidade de vida. A organização social e a participação política também se inserem na construção do escopo do projeto dado que os estudos existentes apontam para uma melhoria da qualidade dos serviços públicos na medida em que se fortalece essa organização social e a participação política.

Estas áreas de pobreza quase sempre têm um grau elevado de artificialização do ambiente, grande densidade populacional e os fatores naturais não tem grande peso na organização econômica, social e cultural. Embora possa haver elementos culturais e políticos na sua conformação eles não necessariamente configuram uma identidade local. Mas em seu interior é provável que existam várias comunidades formadas por identidades várias.

Milton Santos diz que nas nossas cidades a economia do circuito inferior é um fenômeno maior que as favelas¹⁷ ou áreas de pobreza urbana. Mesmo concordando com esta perspectiva, esta pesquisa pretende direcionar seus esforços de compreensão da economia popular tal qual ela existe e se reproduz a partir das concentrações territoriais da pobreza no interior das cidades ou regiões metropolitanas, mesmo que também busque entender suas interações com o conjunto da cidade / região em que se encontra. O direcionamento para estas áreas justifica-se por elas serem foco de muitas políticas de transferência de renda, de urbanização (habitação, saneamento) e de acesso a alguns serviços públicos básicos como saúde, educação e assistência social, que a priori deveriam gerar um dinamismo importante para o desenvolvimento também econômico destas comunidades. Entretanto, raras são as vezes que essas políticas compreendem essas áreas como espaços econômicos também. As áreas de pobreza urbana são os locais pensados como o lugar

¹⁶ Esta definição guarda relação com a definição de Territórios em áreas rurais adotada pelo MDA. Entretanto, consideramos precoce definir estas áreas de pobreza como territórios com a densidade conceitual daqueles rurais. Este pode ser um dos resultados indiretos desta pesquisa: colaborar para adensar a discussão sobre territórios urbanos.

¹⁷ Segundo a PNAD (IBGE), as favelas estão inclusas em setores “especiais de aglomerado subnormal”. Estudos recentes (CEBRAP) têm utilizado esta denominação apenas como favelas, mas o debate acerca do tema ainda persiste.

de morar. Desta forma, constroem-se casas. Rapidamente as casas convertem-se em locais de gerar os recursos para a reprodução da vida, inclusive econômicos, e as habitações se convertem também em locais de trabalhar. Reinicia-se ou perdura então o circuito da informalidade, que gera precariedade, que reproduz a pobreza, que reforça a cisão entre o circuito inferior e o circuito superior da economia.

5. GRUPOS ESPECÍFICOS: JOVENS

Uma questão, entretanto, ainda permanece em aberto e atinge todos os países do mundo, mas principalmente as áreas urbanas metropolitanas, como no caso do Distrito Federal. Trata-se da questão dos jovens e sua participação para permitir passar da zona de assistência e de vulnerabilidade para uma de integração no esquema de Castel descrito anteriormente. Destacam-se nos próximos parágrafos, algumas reflexões sobre este grupo que pode construir saídas para esta transição.

A inserção dos jovens no mercado trabalho ocorre cada vez mais cedo, inserção esta diretamente ligada ao abandono escolar e ao aumento da taxa de desemprego. No Brasil, os jovens de 15 a 17 anos atingem uma taxa de atividade de 40%, aumentando para 71,6% quando focamos o grupo entre 18 e 24 anos (SABÓIA et alli, 2004, p. 9). É importante destacar que os jovens de 15 a 24 anos (em idade ativa) representam 20% da população brasileira, e, apesar do envelhecimento da população projetada para 2030, 50% dos brasileiros tem até 24 anos, estando ou sendo futuros ingressantes no mercado. Este fato confirma a necessidade de políticas públicas na área de educação e expansão do mercado de trabalho (COUTO, 2004, p.12).

Esta procura precoce por emprego cria um novo grupo: o dos jovens desempregados. Prejudicados pela falta de escolaridade, falta de experiência, preconceito e pela natural demanda do mercado, o jovem enquadra-se nos grupos vulneráveis do mercado de trabalho, como as mulheres, os negros, os idosos, entre outros. São os segmentos sociais mais atingidos pelas dificuldades desse mercado. O desemprego entre os jovens é claramente superior ao dos adultos. Para cada adulto desempregado, existem em média dois jovens na mesma situação. Entre as causas dessa desigualdade podemos incluir a preferência dada pelos empregadores aos trabalhadores adultos, considerados mais responsáveis e a maior facilidade em despedir os jovens, considerando que as multas por rescisão contratual são estabelecidas em função do tempo de serviço. Desse modo, o jovem é relegado às funções inferiores e não qualificadas, não tem possibilidade de ascensão nem estabilidade no emprego, ou seja, é visto como última opção de contratação e primeira opção quando há necessidade de demissão (COUTO, 2004, p. 6).

A necessidade de trabalhar, ajudar nos afazeres domésticos ou uma escolha pessoal leva os jovens, principalmente das classes menos favorecidas, a priorizar o trabalho em relação à escola, resultando não somente em abandono, mas em defasagem escolar. Segundo o IBGE, em 2001, 68% dos estudantes de 18 a 24 anos ainda não tinha concluído o ensino médio (SABÓIA et alli, 2004, p. 9). Apesar de, devido à obrigatoriedade de frequência no ensino fundamental, políticas de incentivo à frequência escolar e fiscalização contra o trabalho infantil, a frequência escolar dos 7 aos 14 anos estar crescendo com tendência a se universalizar no Brasil, o jovem não recebe nenhuma forma de incentivo para continuar os estudos durante o 2º grau. É nesse período que aumenta consideravelmente a taxa de abandono escolar. Em 2000, o grupo com idade de 15 a 17 anos apresentava um taxa de escolarização de 78,8%, caindo para 50,3% e 26,5%, nos grupos de 18 a 19 e 20 a 24 anos, respectivamente. Contudo, devido à grande taxa de defasagem escolar, estes números não representam uma escolarização real, mas apenas uma frequência escolar. A falta de escolarização e o abandono escolar têm gerado uma massa de jovens trabalhadores sem qualificação, que, evadidos da escola, por necessidade ou vontade própria, ingressam precocemente num mercado de trabalho cada vez mais exigente e são um dos fatores relevantes na taxa de desemprego (SABÓIA *et alli*, 2004, p. 16).

6. CONCLUSÕES

O avanço logrado pelas políticas de transferência de renda no país tem sido inegáveis e se aproximam no momento de um quinto das famílias brasileiras. O benefício médio do Programa Bolsa-Família para cada unidade familiar é de R\$ 98,00 atingindo os principais focos de pobreza. Nos dados revisados pelo PBF, a região Nordeste do país continua responsável por aproximadamente a metade da pobreza nacional.

Lembramos que o PBF tem, em sua essência, suprir necessidades emergenciais. O aperfeiçoamento dos métodos de avaliação e monitoramento das políticas públicas em geral e do PBF em específico são fundamentais para o sucesso do programa com a referida abrangência. Existe, entretanto, uma lacuna entre a etapa emergencial e a sustentabilidade de programas desta natureza. O PBF precisa ser entendido como um programa assistencialista num primeiro momento, mas que a longo prazo deve se transformar num programa de geração de renda e emprego. Para tal, é preciso que os mecanismos institucionais estejam aptos a revisar alguns procedimentos burocráticos a fim de tornar possível esse tipo de sustentabilidade para as famílias mais carentes. Os *policy-makers* devem ter sempre em mente que um programa tão abrangente tem obrigatoriamente que ser transformado de forma a não mais ser necessário com um caráter emergencial. Os pilares sobre os quais serão sustentados e as decisões que envolvem o futuro do PBF têm que ser objeto de discussão no prazo mais imediato possível, sendo que se isso não ocorrer, estará colocando em risco um programa bem gerenciado e que, conforme vimos nos dados apresentados no documento, estão bem empregados. Neste sentido, precisamos pensar na segunda etapa do PBF, uma etapa de longo prazo que envolva o trabalho decente. Neste sentido, a Organização Internacional do Trabalho acertou ao colocar na agenda do país um tema que, a princípio, poderia soar absurdo diante de uma taxa de desocupação de 17,3% no quinto mais pobre da população em 2004.

Entretanto, é justamente quando verificamos que a miséria brasileira ocorre inclusive entre uma população que se encontra ocupada, mas que recebe baixas remunerações, que se torna necessária a colocação do conceito de trabalho decente num país como o Brasil.

Conforme situado anteriormente no presente documento, a escolaridade é um dos pilares responsáveis pela situação do mercado de trabalho. Esta afirmação, entretanto, suscita outra

questão que também deve ser exaustivamente discutida pela sociedade civil, que é a qualidade da educação. Alguns veículos de comunicação mostram que em alguns casos, as crianças freqüentam a escola apenas em busca da merenda escolar porque falta a infra-estrutura mínima necessário para a aprendizagem. Novamente ressaltamos a importância da avaliação e monitoramento das políticas públicas. Somente através de uma boa avaliação seria possível determinar a qualidade do ensino que está sendo oferecido.

Justamente por ser a principal contrapartida dos diversos beneficiários do PBF, cujas crianças devem freqüentar a escola, a educação merece uma atenção especial. Parece claro que caso uma criança falte repetidas vezes às aulas, mas a família depende do benefício, a diretora da escola não comunicará a ausência ao Ministério da Educação.

O mesmo comentário anterior pode ser feito com relação à saúde. No México, as crianças de famílias beneficiárias são submetidas obrigatoriamente a exames periódicos de saúde. No Brasil, é notória a precariedade dos serviços em postos de saúde nas áreas rurais, por exemplo. Sem dúvida, as condições estão consideravelmente melhores do que há uma década e meia atrás, mas devemos pensar também no futuro, principalmente pelo chamado envelhecimento populacional.

Sabe-se que o país passará nas próximas décadas por uma crise no sistema previdenciário e trabalhista, o que pode estimular ainda mais a informalidade nas relações de trabalho. Com um exército cada vez maior de pessoas com escolaridade mais elevada do que a dos seus parentes, a pressão que será exercida sobre o mercado de trabalho irá depender enormemente do comportamento da renda das famílias. Quanto mais apertada financeiramente estiver uma família, maior é o número de componentes daquela família que sairão da condição de inatividade em busca de um trabalho para complementar a renda das famílias.

Devemos recordar que o estudo recente em homenagem ao Dia Internacional da Mulher da OIT aponta para um quadro agravante nas famílias chefiadas por mulheres (26,3% do total de famílias brasileiras), principalmente nos casos em que são abandonadas pelo cônjuge – seja por opção individual ou pela violência que mata os indivíduos nas grandes cidades brasileiras e no Distrito Federal.

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

COUTO, Ana Cristina Lima. “O jovem e o mercado de trabalho: algumas considerações”. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP, p.4-16, set/2004.

SABÓIA, Ana Lúcia; SOARES, Barbara Cobo; KAPPEL, Dolores Bombadelli. “Adolescentes e jovens no Brasil: escolarização e inserção no mercado de trabalho”. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP, p. 3-11, set/2004.

DIEESE. Boletim Anual dos resultados 2009 da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal: médias anuais. Brasília, janeiro de 2010.

DIEESE. “Trabalho e Renda da Mulher na Família”. Estudos e Pesquisas nº 6, março 2005. www.dieese.org.br

DIEESE. “Salário Mínimo e Distribuição de Renda”. Nota Técnica nº 6, outubro 2005. www.dieese.org.br

DIEESE. “A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação”. São Paulo, nov./2005.

DIEESE. Distribuição de Renda: o debate na literatura brasileira contemporânea. São Paulo, DIEESE, 2005. *Mimeo*.

IPEA. Radar Social. Brasília, 2005.

IPEA. “A queda recente da desigualdade no Brasil”. Brasília, IPEA, Nota Técnica, 21 de julho de 2006. *mimeo*.

IPEA. Estado de uma Nação. 2006.

BALTAR, P, *et alli*. “O emprego formal nos anos recentes” In CESIT. Carta Social e do Trabalho. Campinas, janeiro/abril 2006, No 3, p. 3 a 10.

SACHS, Ignacy. Inclusão Social pelo Trabalho. São Paulo, Ed. Garamond, 2003.

REIS, José Guilherme de Almeida, BARROS, Ricardo Paes de. “Desigualdade salarial: resultados de pesquisas recentes” in CAMARGO, José Márcio, GAMBIAI, Fábio (orgs.). Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro, IERJ e Paz e Terra, 1991, p. 68-81.

RAMOS, Lauro, VIEIRA, Maria Lúcia. “Determinantes da desigualdade de rendimentos no Brasil nos anos 90: discriminação, segmentação e heterogeneidade dos trabalhadores” in HENRIQUES, Ricardo (org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, 2000, p. 159-176.

LAVINAS, Lena. “Salário Mínimo, Linha de Pobreza e Benefícios Assistenciais: desvincular é preciso?” in BALTAR, P., DEDECCA, C. e KREIN, J.D. Salário Mínimo e Desenvolvimento, São Paulo, Ed. Unicamp, pgs. 121-137.

OSMANI, S.R. “Exploring the Employment Nexus: the analytics of pro-poor growth” in ISLAM, Rizwanul. Fighting Poverty: the development-employment link. London, Lynne Rienner Publishers, 2006, pgs. 9-30.

SOARES, Serguei. “Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004”. Brasília, IPEA, Texto para Discussão nº 1166, fevereiro 2006.

ULISSEA, Gabriel, FOGUEL, Miguel N. “Efeitos do Salário Mínimo sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro”. Rio de Janeiro, IPEA, Texto para Discussão nº 1168, fevereiro 2006.

ALTIMIR, Oscar. *La Dimensión de la Pobreza en América Latina*. Santiago: CEPAL, septiembre 1978. *mimeo*.

BARROS, Ricardo Paes de; CAMARGO, José Márcio. *As causas da pobreza no Brasil*. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (orgs). **Modernidade e Pobreza**. Op. cit., p. 81-112.

BARROS, Ricardo Paes de; CAMARGO, José Márcio; MENDONÇA, Rosane. *Pobreza no Brasil: quatro questões básicas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997, 19 p. *mimeo*.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane e Santos, Daniel. *Incidência e Natureza da Pobreza entre Idosos no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, set 2000. TD686. *mimeo*.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. *A Estabilidade Inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 21-47.

BECCARÍA, Luis; FERES, Juan Carlos; SÁINZ, Pedro. *Medición de la Pobreza: situación actual de los conceptos y métodos*. Santiago: CEPAL, 1997. *mimeo*.

BOLTVINIK, Julio. *Poverty Measurement Methods: na overview*. Mexico City: UNDP, 1996b. *mimeo*.

CARNEIRO, Dionísio Dias e VALPASSOS, Marcus Vinícius Ferrero. Financiamento à habitação e instabilidade econômica. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

CITRO, Constance F.; MICHAEL, Robert T. (ed.). **Measuring Poverty: a new approach**. Washington: National Academy Press, 1995.

- DEL GROSSI, Mauro; SILVA, José Graziano da e TAKAGI, Maya. “Evolução da Pobreza no Brasil: 1995/99”. Campinas, IE/UNICAMP, Texto para Discussão nº 104, novembro 2001.
- FERES, Juan Carlos (1997). *Notas sobre la Medición de la Pobreza Según el Método del Ingreso*. Santiago: CEPAL, 1997. *mimeo*.
- FERES, Juan Carlos e MANCERO, Xavier. *Enfoques para la Medición de la Pobreza: Breve revisión de la literatura*. Santiago: CEPAL, 1999. *mimeo*.
- FISHLOW, Albert. A Distribuição de Renda no Brasil. In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos (orgs.). **A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 159-189. Este artigo foi originalmente publicado em língua inglesa e intitulado “*Brazilian Size Distribution of Income*”. *American Economic Review*, May 1972.
- HALL, Peter. **Cities of Tomorrow**. London, Blackwell Publishers, 1997.
- HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de Renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- _____. *Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil*. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Op. cit., p. 81-107.
- _____. *A Distribuição da Renda no Brasil no Período 1993-99*. Campinas, IEA. *Mimeo*.
- LOK-DESSALLIEN, Renata. *Review of Poverty Concepts and Indicators*. UNDP 1997. *mimeo*.
- LUSTOSA, Tânia Quiles de Oliveira; FIGUEIREDO, José Bernardo Burle de. *Pobreza no Brasil: métodos de análise e resultados*. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico** v. 20, n.2. Rio de Janeiro: ago 1990, p. 353-380.
- PRATES, Ceres Alves (1990). *Mensuração da Pobreza: o dedo na ferida*. In: **São Paulo em Perspectiva**, 4(2), abril/junho 1990, pgs 59-63.
- ROCHA, Sônia. *Opções Metodológicas para a Estimação de Linhas de Indigência e de Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, abril 2000, TD720. *mimeo*.
- _____. *A Investigação do Rendimento na PNAD – Comentários e Sugestões a Pesquisa nos Anos 2000*. Rio de Janeiro: IPEA, ago 2002. TD 899. *mimeo*.
- SEN, Amartya. *An Ordinal Approach to Measurement*. In: **Econometrica**, nº 44, March 1976, p. 219-231. Este artigo também se encontra na coletânea de artigos de Sen: SEN, Amartya. **Choice, Welfare and Measurement**. Cambridge: Harvard University Press, 1997A, p. 373-387.

_____. **Poverty and Famines: na essay on entitlement and deprivation.** Oxford: Clarendon Press, 1982.

_____. *Poor, Relatively Speaking.* In: **Oxford Economic Papers**, vol.35 no. 2, jul 1983, p. 153-169. Este artigo também se encontra na coletânea de artigos de Sen: SEN, Amartya. **Resources, Values and Development.** Cambridge: Harvard University Press, 1997B, p. 325-345.

_____. *A Sociological Approach to the Measurement of Poverty: a reply to Professor Peter Townsend.* In: **Oxford Economic Papers**, vol.37 no. 4, dec 1985, pg 659-668.

_____. *Family and Food: Sex Bias in Poverty.* In: SEN, Amartya. **Resources, Values and Development.** Cambridge: Harvard University Press, 1997B, p. 346-368.

_____. **Desigualdade Reexaminada.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.